



RURAL
SUSTENTÁVEL
CAATINGA

Panorama Institucional Socioambiental para Caatinga

CADERNOS PRS CAATINGA

EXECUÇÃO

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Israel Klabin
Presidente

Walfredo Schindler
Diretor Executivo

PROJETO RURAL SUSTENTÁVEL CAATINGA

Pedro Leitão
Coordenador Geral

Renata Barreto
Analista Científico

Adriano A. Leitão
Analista Técnico

Liana Gemunder
Assistente Executiva

Carlos Alberto Alves
Especialista Financeiro

CADERNOS PRS CAATINGA

Anne Clinio
Consultoria de Comunicação

Isabel Lippi
Projeto Gráfico

Isabela Borsani
Diagramação

Elizabeth Barroso Lima
Revisão de Português



Panorama Institucional Socioambiental para Caatinga

Luiza Muccillo

Outubro 2020

Esta obra adota a licença Creative Commons BY-NC-SA



Você tem direito de:

- Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato
- Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

- Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso.
- Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.
- Compartilha Igual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original.
- Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Como citar:

MUCCILLO, Luiza. *Panorama Institucional Socioambiental para Caatinga*. Relatório Técnico. Projeto Rural Sustentável Caatinga (PRS Caatinga). Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), 2020.

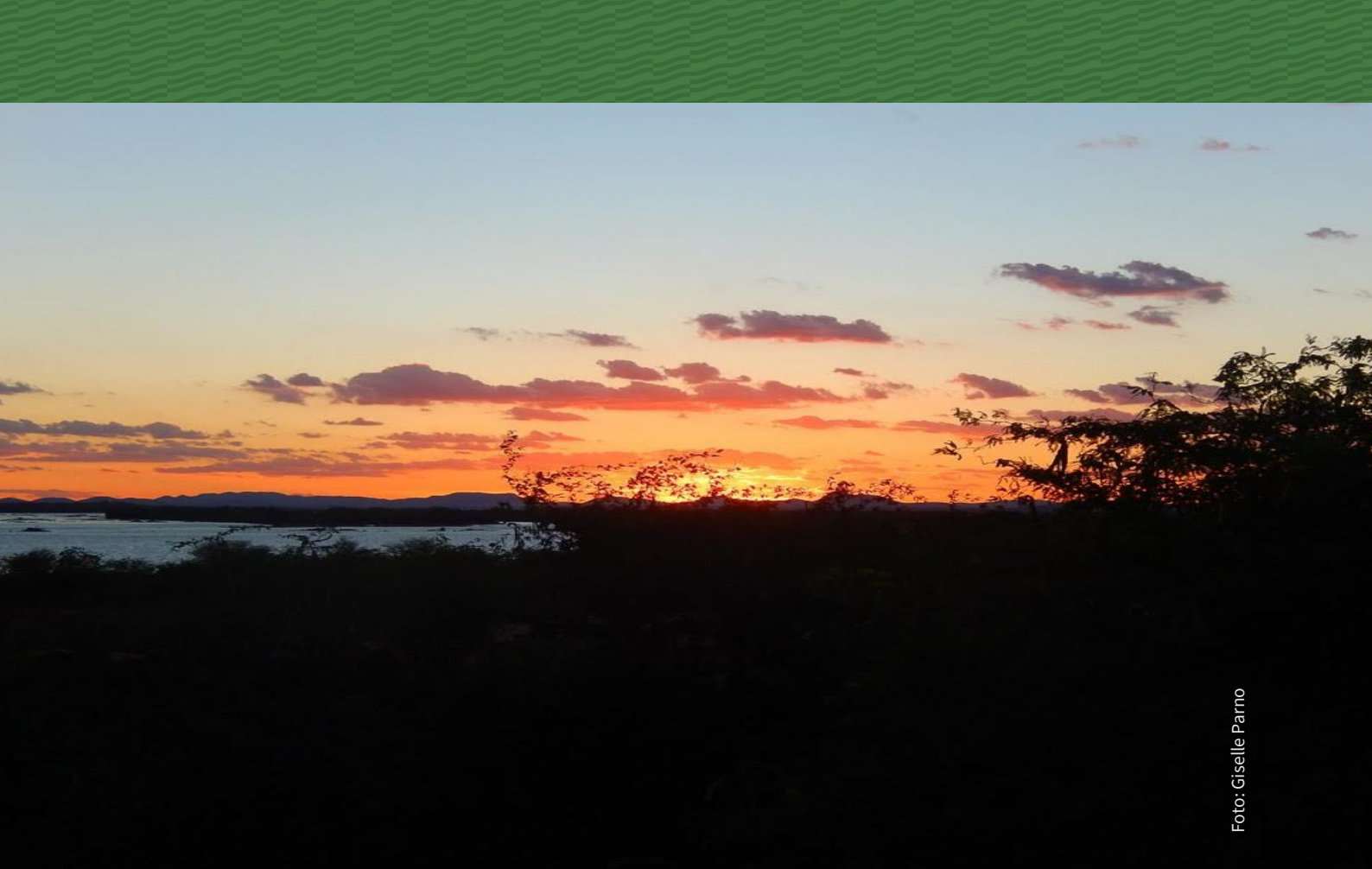


Foto: Giselle Parno

SUMÁRIO

Apresentação.....	6
1. Introdução	9
2. Abordagem metodológica	10
3. Panorama institucional socioambiental para o Fundo Caatinga	12
4. Considerações finais	14
Referências	15

Apresentação

É com alegria que o Projeto Rural Sustentável Caatinga socializa os resultados de estudos sobre as tecnologias de agricultura de baixo carbono e outros temas relevantes para o desenvolvimento rural sustentável nesse bioma exclusivamente brasileiro. Nosso investimento em pesquisa visa preencher lacunas de conhecimento sobre a Caatinga, especialmente no que se refere aos limites e possibilidades da adoção dessas inovações por produtores da agricultura familiar no Nordeste brasileiro.

Neste volume dos “Cadernos PRS Caatinga”, apresentamos os resultados de pesquisa que buscava contribuir na elaboração da agenda de financiamento do Fundo Caatinga com informações sobre as correlações entre as políticas globais, políticas públicas nacionais e subnacionais e o que é percebido como ação prioritária pelas políticas subnacionais, a população e organizações locais. O estudo foi desenvolvido pela consultora Luiza Muccillo e oferece subsídios para nossas ações e futuros investimentos em tecnologias de agricultura de baixo carbono no bioma.

As tecnologias de agricultura de baixo carbono são um conjunto de técnicas que orientam as atividades produtivas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, a preservação dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio ambiental enquanto mantém ou ampliam a produção agropecuária de maneira sustentável. No entanto, na medida em que as tecnologias ABC foram desenvolvidas a partir de experiências de outros biomas, o Projeto pesquisa e constrói, em conjunto com os atores locais, estratégias para a adaptação destas tecnologias às especificidades da Caatinga. Ali, destacam-se as práticas de convivência com o semiárido e a oportunidade de associar as atividades produtivas locais às agendas globais de sustentabilidade ambiental e social – especialmente no que se refere à conservação da biodiversidade e ao combate à desertificação.

O PRS Caatinga trabalha com o duplo objetivo de mitigar as emissões de gases de efeito estufa, principais agentes da mudança climática, e combater a pobreza na região. Para tal, sua principal estratégia é promover a adoção de tecnologias de agricultura de baixa emissão de carbono e o fortalecimento de arranjos produtivos regionais na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Boa leitura.

Pedro Leitão

Coordenador geral

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

www.fbds.org.br

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) é uma fundação privada, sem finalidades lucrativas, que há quase 30 anos vem trabalhando em projetos, pesquisas e estudos relativos ao meio ambiente e à sustentabilidade. Sua missão é difundir as melhores práticas de meio ambiente e sustentabilidade e influenciar públicos de interesse por meio da geração de conhecimento, contribuição na formulação de políticas públicas e realização de projetos de consultoria.

Objetivos

- Fomentar o conhecimento científico nas áreas de Mudanças Climáticas Globais, Ativos Ambientais (florestas, água, biodiversidade), Desenvolvimento Rural Sustentável e Sustentabilidade Urbana.
- Implementar projetos de energias renováveis, eficiência energética, mapeamento e monitoramento do uso do solo, recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, biodiversidade, gestão territorial, suporte a cadeias de produção sustentáveis, entre outros.
- Apoiar a formulação de políticas públicas, com isenção e independência.

Atuação

- Consultoria especializada, sempre que possível atuando em parceria com os mais conceituados especialistas e centros de pesquisa de excelência, para fornecer os melhores resultados para seus clientes.
- *Think tank*, com a realização de estudos e pesquisas; organização de seminários e workshops; e publicação de artigos técnicos, disponibilizando todo esse acervo ao público em geral, procurando subsidiar as políticas públicas brasileiras relativas ao meio ambiente e à sustentabilidade.
- Implementação, com pleno êxito, de cerca de 200 diferentes projetos. Os projetos e pesquisas da FBDS abrangem todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa.

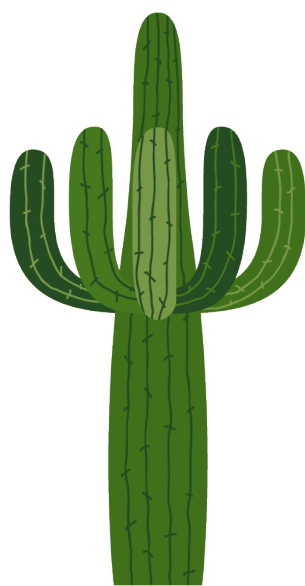


1. Introdução

Este documento apresenta os resultados de pesquisa que buscava gerar subsídios para a elaboração da agenda de financiamento do Fundo Caatinga, em desenvolvimento pelo Projeto, a partir da identificação do panorama institucional socioambiental multinível.

Para tal, foi realizada uma observação simultânea de três instâncias político-institucionais: 1) aquilo que é definido e estabelecido como ação prioritária por instituições globais – como convenções, protocolos, compromissos, declarações; as políticas públicas nacionais definidas a partir dessas previsões – seus programas e planos; e o que é demandado e percebido como ação prioritária pelas políticas subnacionais, a população e organizações locais da Caatinga.

Reconhece-se que o panorama aqui apresentado deve ser validado tanto pela equipe do PRS Caatinga, quanto pela população e organizações locais.



2. Abordagem metodológica

A partir da avaliação de um panorama institucional socioambiental no nível nacional, que visava compreender como acordos e tratados internacionais sobre meio ambiente repercutem ou são recepcionados por políticas públicas brasileiras, foi realizada uma primeira filtragem, mantendo as instituições relevantes para o bioma e para o Fundo Caatinga, priorizando-se o segundo aspecto.

Em outras palavras, foram excluídas do panorama algumas políticas – mesmo que incidentes no bioma – por não estarem alinhadas ao escopo de atuação do Fundo Caatinga ou por não possibilitarem uma contribuição mais significativa ou participação direta. Nesse processo, também foram excluídas as políticas que tratavam especificamente do financiamento de atividades produtivas rurais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por terem sido objeto de outros estudos promovidos pelo PRS Caatinga. Por outro lado, foram incluídas algumas políticas que não haviam sido elencadas anteriormente, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, instituída pela Lei 12.188/2010, bastante significativa ao escopo de atuação do Fundo Caatinga. O resultado dessas atividades encontra-se descrito na **aba 1**.

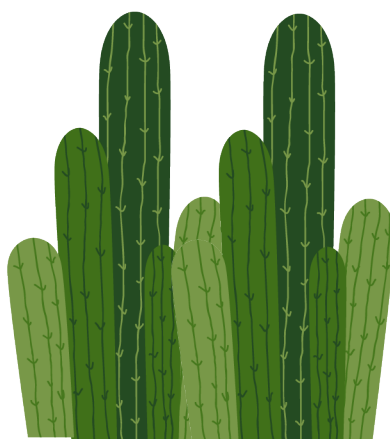
Posteriormente, as instituições listadas foram agrupadas, sendo apresentadas, de forma conjunta, aquelas cuja criação está diretamente vinculada, sendo, por exemplo, o caso de uma política e seus instrumentos. No entanto, sabe-se que existem instrumentos, como planos, que estão relacionados a mais de uma política. Neste caso, optou-se por mantê-los agrupados àquela política que primeiro os previu entre seus instrumentos.

Logo, meramente para fins de organização do trabalho, as instituições já agrupadas foram distribuídas por temas: Gestão e Desenvolvimento Territorial; Mudanças Climáticas; Desertificação; Vegetação Nativa; Produção Rural; Sociobiodiversidade; Segurança Alimentar e Nutricional; Recursos Hídricos; Energia; e Conscientização. A sistematização, resultante do agrupamento e da organização do panorama institucional socioambiental relevante à Caatinga e ao Fundo, encontra-se na **aba 2**.

Em seguida, foi realizada nova seleção para identificar as políticas que seriam descritas e analisadas de forma mais minuciosa. O critério de escolha foi um olhar preliminar sobre as possibilidades de o Fundo Caatinga contribuir para sua implementação e alcance de seus objetivos e metas, optando-se por manter aquelas nas quais as organizações privadas poderiam incidir de forma mais direta e significativa. As instituições selecionadas encontram-se destacadas na **aba 3**.

A partir deste ponto, iniciou-se uma análise mais detalhada das políticas selecionadas, buscando destacar seus principais aspectos e identificar potencialidades para a proposta de valor do Fundo Caatinga, oferecendo oportunidades de atuação ou contribuição para sua implementação por meio do mecanismo. Ao longo desta etapa, algumas políticas inicialmente selecionadas foram excluídas conforme justificativas destacadas em amarelo na **aba 3**.

Além disso, para completar o desenho preliminar do panorama institucional socioambiental para a Caatinga, mapeou-se, de forma ainda preliminar, a repercussão das políticas descritas no contexto das instituições subnacionais. Os resultados dessa atividade encontram-se na **aba 4**.



3. Panorama institucional socioambiental para o Fundo Caatinga

Nesta seção, temos a descrição do conjunto de planilhas que registram os resultados etapa do processo de identificação do panorama institucional socioambiental multinível.

A **aba 1** apresenta os resultados do processo de reavaliação do panorama nacional, indicando os critérios e inserção de políticas.

Aba reavaliação		
Panorama Institucional Socioambiental Nacional	Filtragem	Justificativa
Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - ENREDD+	Mantida	Relevante à implementação do panorama institucional global, estando relacionada ao cumprimento das principais convenções sobre meio ambiente (CDB, CQNUMC e CNUCD) em âmbito nacional. Para países com características do Brasil, em desenvolvimento e detentor de grandes áreas de florestas tropicais, o REDD+ ainda é um dos principais instrumentos econômicos inseridos no Acordo de Paris. Está expressamente mencionada na NDC brasileira como uma das estratégias para captação de recursos (através de pagamentos por resultados) que possam ser destinados aos compromissos assumidos no documento. Está alinhada à proposta de valor e ao escopo de atuação do Fundo Caatinga. E vale ressaltar que, embora, atualmente, esteja sendo implementada somente nos biomas Amazônia e Cerrado, há perspectiva de incidência nacional.
Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Mantida	Relevante à implementação do panorama institucional global, estando relacionada ao cumprimento das principais convenções sobre meio ambiente (CDB, CQNUMC e CNUCD) em âmbito nacional. Está alinhada à proposta de valor e ao escopo de atuação do Fundo Caatinga.
Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA	Mantida	Relevante à implementação do panorama institucional global, estando relacionada ao cumprimento das principais convenções sobre meio ambiente (CDB, CQNUMC e CNUCD) em âmbito nacional. Está alinhada à proposta de valor e ao escopo de atuação do Fundo Caatinga.
Programa Mais Ambiente Brasil	Mantida	Relevante à implementação do panorama institucional global, estando relacionada ao cumprimento das principais convenções sobre meio ambiente (CDB, CQNUMC e CNUCD) em âmbito nacional. Está alinhada à

A **aba 2** apresenta a sistematização resultante do agrupamento e da organização do panorama institucional socioambiental relevante à Caatinga e ao Fundo Caatinga.

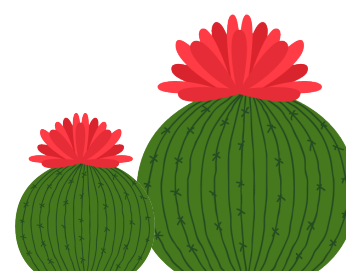
Aba Panorama Institucional Socioambiental para a Caatinga e o Fundo (Agregadas e Organizadas)		
Grupos	Vinculadas ou Diretamente Relacionadas	Observações
	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg	A Lei que instituiu a Política prevê que ela será implantada por meio do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Planaveg, em integração com outras políticas e instrumentos.
	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	Os planos deveriam ser elaborados anualmente, porém, foram identificados apenas instrumentos elaborados para os anos de 2010 e 2011.

A **aba 3** apresenta as políticas selecionadas para serem descritas.

Aba Panorama Institucional Socioambiental para a Caatinga e o Fundo (Selecionadas)				
Grupos	Origem	Vinculadas ou Diretamente Relacionadas	Justificativas	
Gestão e Desenvolvimento Territorial	Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR (Atualizada pelo Decreto nº 9.810, de 2019)	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE - 2020-2023 (Projeto de Lei 6.163/2019)	A PNDR é muito ampla e abstrata. Já o PRDNE é o principal instrumento para implementação da abordagem de desenvolvimento regional idealizada pela Política no Nordeste. O Plano também corresponde a um período específico e prevê diretrizes, instrumentos, metas e outros aspectos que podem ter relevância à atuação do Fundo Caatinga.	
	Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA (Lei 6.938/1981)	Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE (Decreto 4.297/2002)	A PNMA é bastante ampla e diversos objetivos e instrumentos dela já estão sendo objeto de análise em outras políticas escolhidas para descrição nesse panorama ou não possuem relação com a atuação do Fundo Caatinga diretamente. Assim, optou-se pela descrição da política de ZEE que, assim como o PRDNE, traz diretrizes que podem ser relevantes às atividades de fomento do mecanismo.	
	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável	Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades	São políticas que, segundo informações recebidas preliminarmente, parecem ter ainda pouca repercussão ou incidência no bioma Caatinga. No entanto, são extremamente	

A **aba 4** apresenta a descrição das políticas selecionadas, destacando seus principais elementos, potencialidades para o Fundo Caatinga e repercussões subnacionais.

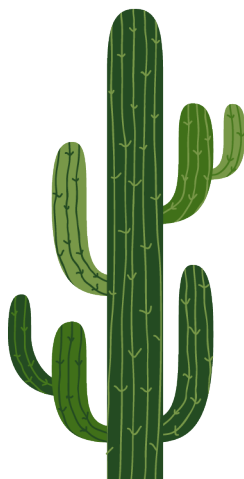
Aba Descrição		
Grupos	Panorama Institucional Socioambiental	Destaques
	Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE (Decreto 4.297/2002)	O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços dos ecossistemas. Eles serão compostos por informações e dados, distribuídas em diferentes escalas, padrões e medidas, além de outras regras, os quais de sistematizados e disponibilizados para acesso público. Na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.



4. Considerações finais

Após a validação dos resultados da pesquisa pela equipe do PRS Caatinga e atores locais, serão realizadas sistematizações para resumir as correlações entre o panorama institucional socioambiental aqui apresentado, as agendas de financiamento internacionais, os compromissos assumidos pelo Brasil internacionalmente perante as principais Convenções (CDB, CQNUMC e CNUCD) globais sobre meio ambiente, o Acordo de Paris, e as próprias políticas que o integram.

Deste modo, será possível construir uma visão integrada do panorama institucional socioambiental multinível, seu potencial para influenciar a atuação do Fundo Caatinga, vislumbrando contribuições deste mecanismo financeiro para o atendimento dos compromissos, metas e objetivos previstos neste arcabouço de políticas.



Referências

CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. Relatório. Onde estamos na implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2019. Disponível em: <<https://www.inputbrasil.org/publicacoes/onde-estamos-naimplementacao-do-codigo-florestal>>. Acesso em 26 set. 2020.

CLIMATE POLICY INITIATIVE; AGROICONE. Sumários. O Código Florestal pode ser finalmente implementado. E agora? Rio de Janeiro: INPUT, 2018.

EMBRAPA. Área rural dedicada à vegetação nativa atinge 218 milhões de hectares. 24 jul. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/35967323/area-rural-dedicada-a-vegetacao-nativa-atinge-218-milhoes-de-hectares>>. Acesso em: 25 set. 2020.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL (OCF). Desafios e oportunidades para implantação do novo código florestal brasileiro. 2015. Disponível em: <https://observatorioflorestal.org.br/desafios-e-oportunidades-para-implantacao-do-novo-codigo-florestal-brasileiro/?_sft_tipo_de_conteudo=analise>. Acesso em 22 set. 2020.

TABARELLI, M.; LEAL, IR; SCARANO, FR; e DA SILVA, JMC. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade.



 www.prscaatinga.org.br

 prs.caatinga@fbds.org.br

 [@prs.caatinga](https://www.instagram.com/prs.caatinga)

 [@prs.caatinga](https://www.facebook.com/prs.caatinga)

EXECUÇÃO



REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

